



PROCESSO Nº : 222887/2011 (FÍSICO)  
80896/2012 (PROCESSO APENSO)  
ASSUNTO : TOMADA DE CONTAS ORDINÁRIA  
UNIDADE : DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO –  
DETRAN/MT  
RESPONSÁVEIS : FDL SERVIÇOS DE REGISTRO, CADASTRO, INFORMATIZAÇÃO E  
CERTIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS LTDA  
SR. TEODORO MOREIRA LOPES – EX-PRESIDENTE DO DETRAN/MT  
RELATOR : CONSELHEIRO ANTÔNIO JOAQUIM MORAES RODRIGUES NETO

### PARECER Nº 6.659/2022

EMENTA: TOMADA DE CONTAS ORDINÁRIA. DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN. REPRESENTAÇÃO DE NATUREZA INTERNA. CONTRATO DE CONCESSÃO 001/2009. DANO AO ERÁRIO. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. PARCIAL. IRREGULARIDADE DE CARÁTER CONTINUADO. PARECER MINISTERIAL PELA PRESCRIÇÃO, REMESSA AO MPE E CONTINUIDADE DO PROCESSO.

## 1. RELATÓRIO

1. Retornam os autos que tratam da Tomada de Contas Ordinária, resultante da conversão da Representação de Natureza Interna, instaurada para apurar supostas irregularidades relativas ao **Contrato de Concessão nº 001/2009**, firmado entre o Departamento Estadual de Trânsito – Detran/MT, na gestão do **Sr. Teodoro Moreira Lopes**, e a empresa **FDL Serviços de Registro, Cadastro, Informatização e Certificação de Documentos Ltda** (atual EIG Mercados Ltda).

2. Em manifestação pretérita, este *Parquet* emitiu o Pedido de Diligência n. 230/2020, pontuando que não houve notificação dos interessados para a apresentação de alegações finais e requerendo a realização de diligências para que a) fossem digitalizados e juntados ao processo digital os seguintes documentos: Relatório Técnico Preliminar da RNI (fls. 03-45), Defesas (fls. 1680-1690; fls. 2013-2460) e Portaria Detran/MT nº. 230/2009 (fls. 2479-2482); b) os autos fossem remetidos à

4ª Procuradoria do Ministério Público de Contas - Gabinete do Procurador Getúlio Velasco Moreira Filho

Rua Conselheiro Benjamin Duarte Monteiro, nº 1 - Centro Político Administrativo - Cuiabá/MT

Telefone: (65) 3613-7621 e-mail: gab.getulio@tce.mt.gov.br - www.mpc.mt.gov.br





Secex de Contratações Públicas visando a retificação do relatório técnico no que se referia à distribuição das responsabilidades por eventual dano causado ao erário, a fim de se individualizá-las; c) fossem novamente citados os interessados e d) findada a instrução, os autos retornassem ao MPC para emissão de parecer nos termos do art. 227, §3º do Regimento Interno deste Tribunal.

3. Ato seguinte, os autos retornaram à Secex que emitiu relatório técnico complementar (doc digital n. 219029/2020) no qual foram indicados os demais gestores responsáveis e apontado o período no qual responderam pela presidência do Detran/MT.

4. Após, foi realizada a citação dos senhores Giancarlo da Silva Lara Castrillon, Eugênio Ernesto Destri, Rogers Elizandro Jarbas, Arnon Osny Mendes Lucas, Thiago França Cabral e José Eudes Santos Malhado.

5. Apresentaram Defesa os Srs. Thiago França Cabral (doc digital n. 275004/2020), José Eudes Santos Malhado (doc digital n. 242683/2020), Rogers Elizandro Jarbas e Arnon Osny Mendes Lucas (doc digital n. 254463/2020) e Giancarlo da Silva Lara Castrillon (doc digital n. 257140/2020) e Eugênio Ernesto Destri (doc digital n. 274103/2020).

6. Retornaram os autos à Secex de Contratações Públicas, a qual emitiu relatório complementar (doc digital n. 272746/2021).

7. Determinou-se nova citação dos responsáveis Sr. Teodoro Moreira Lopes e empresa EIG Mercados Ltda, os quais apresentaram defesa, constantes dos docs. digitais n. 112666/2022 e 149120/2022.

8. Encaminhados os autos à 6ª Secex, esta emitiu Relatório Técnico Conclusivo (doc digital n. 215285/2022), no qual concluiu:

“(...) conclui-se pela necessidade de se decidir acerca da consumação da prescrição intercorrente da pretensão punitiva desta Corte com base na Resolução Normativa nº 03/2022 c/c Lei Estadual nº 11.599/2021





sobre as irregularidades imputadas nos autos, sugerindo-se ao Relator que:

- a) Decida sobre a prescrição intercorrente suscitada no presente processo com fulcro na Resolução Normativa nº 03/2022 c/c Lei Estadual nº 11.599/2021;
- b) Na hipótese de **juízo positivo**, declare extinto o processo, com resolução de mérito, nos termos do inciso II, do artigo 487 da Lei nº. 13.105 (Código de Processo Civil)<sup>2</sup>, alternativamente, caso entenda que, ainda que se tenha operado a prescrição sobre a matéria debatida nos autos, não houve a resolução de mérito, ante a eventual limitação do alcance de tal instituto sobre os direitos controvertidos nas alegações preliminares, determine o retorno dos autos a esta unidade técnica para que seja proferida manifestação conclusiva acerca do mérito das irregularidades debatidas nos autos;
- c) Na hipótese de **juízo negativo**, determine o retorno dos autos a esta Secex para manifestação conclusiva quanto ao mérito das irregularidades representadas;
- d) Que se encaminhe cópia dos autos ao Ministério Público Estadual com base no art. 3º da Resolução Normativa nº 03/2022, assim como para servir de subsídio para o Inquérito Policial nº 38162/2013.”

9. Vieram os autos a este *Parquet*. É o breve relatório.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO

### 2.1 Prescrição

10. O vertente caso trata da Tomada de Contas Ordinária, resultante da conversão da Representação de Natureza Interna instaurada para apurar supostas irregularidades relativas ao **Contrato de Concessão nº 001/2009**, firmado entre o Departamento Estadual de Trânsito – Detran/MT, na gestão do **Sr. Teodoro Moreira Lopes**, e a empresa **FDL Serviços de Registro, Cadastro, Informatização e Certificação de Documentos Ltda** (atual EIG Mercados Ltda).

11. Em que pese o valioso trabalho e conclusão da Equipe Técnica, exposta nos relatórios presentes no processo, salutar tecer considerações sobre a (im)possibilidade deste Tribunal exercer a pretensão punitiva para os responsáveis imputados, tendo em vista a ocorrência da prescrição em alguns casos. Explica-se.





12. Extraí-se que as irregularidades apontadas no processo de tomada de contas ordinária são as seguintes:

- I. Celebração de contrato de concessão de serviços públicos indevido e lesivo aos cofres públicos estaduais;
- II. Não apresentação dos documentos e informações solicitados pela equipe de auditoria da 5ª Relatoria por meio dos ofícios nº004/5ª REL./2011/DETRAN de 27/07/2011; nº007/ 5ª REL./2011/DETRAN de 31/08/2011; nº008/5ª REL./2011/DETRAN de 09/09/2011 e nº009/5ªREL./2011 /DETRAN de 16/09/2011;
- III. Descumprimento da Cláusula Sétima do Contrato nº 001/2009 pela empresa FDL;
- IV. Descumprimento da Cláusula Quinta, item "g", do Contrato nº 001/2009 pela empresa FDL;
- V. Descumprimento do item 3.3. da Cláusula Terceira do Contrato de Concessão nº 001/2009 decorrente da ausência de repasse ao Detran/MT do percentual de 10% sobre todas as tarifas unitárias pagas pelos usuários quando do registro do contrato de financiamento.

13. Em última análise, a Secretaria de Controle Externo elaborou o seguinte quadro resumo, onde destaca o decurso do tempo desde a citação:

Responsabilizados	Irregularidade	Ano do fato (conduta)	Data da citação	Decurso do tempo da 1ª citação até o momento
Sr. Teodoro Moreira Lopes	V. Descumprimento do item 3.3. da Cláusula Terceira do Contrato de Concessão nº 001/2009 decorrente da ausência de repasse ao Detran/MT do percentual de 10% sobre todas as tarifas unitárias pagas pelos usuários quando do registro do contrato de financiamento	De 2009 a 2011	17/08/2011	11 anos e 03 meses
Sr. Teodoro Moreira Lopes  Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso – DETRAN  FDL – Serviços de Registro, Cadastro, Informatização e Certificação de Documentos Ltda.	I. Celebração de contrato de concessão de serviços públicos indevido e lesivo aos cofres públicos estaduais; II. Não apresentação dos documentos e informações solicitados pela equipe de auditoria da 5ª Relatoria por meio dos ofícios nº004/5ª REL./2011/DETRAN de 27/07/2011; nº007/ 5ª REL./2011/DETRAN de 31/08/2011; nº008/5ª REL./2011/DETRAN de 09/09/2011 e nº009/5ªREL./2011 /DETRAN de 16/09/2011; III. Descumprimento da Cláusula Sétima do	I (2009) II (2011) III (2011) IV (2011)	07/08/2012	10 anos e 01 mês

4ª Procuradoria do Ministério Público de Contas - Gabinete do Procurador Getúlio Velasco Moreira Filho

Rua Conselheiro Benjamin Duarte Monteiro, nº 1 - Centro Político Administrativo - Cuiabá/MT

Telefone: (65) 3613-7621 e-mail: gab.getulio@tce.mt.gov.br - www.mpc.mt.gov.br





	Contrato nº 001/2009 pela empresa FDL; IV. Descumpriment o da Cláusula Quinta, item "g", do Contrato nº 001/2009 pela empresa FDL;			
--	--	--	--	--

14. Segundo a Secex, em relação às irregularidades dos itens **II, III, IV e V**, não haveria dúvidas sobre a ocorrência da prescrição por serem irregularidades de **caráter não continuado**. Ressalvou, no entanto, que a irregularidade do item **"I"** (celebração de contrato de concessão de serviços públicos indevido e lesivo aos cofres públicos estaduais) se refere à irregularidade de **caráter continuado**, posto o contrato ter perdurado até 2018.

15. A Equipe Técnica concluiu ser essencial a decisão sobre a prescrição intercorrente ocorrida no processo para o prosseguimento adequado do feito, levando em consideração a possibilidade de se decidir pela prescrição das irregularidades imputadas, a incerteza sobre o cálculo realizado e estipulado como dano ao erário, a possibilidade de haver imputação de devolução de recursos ao erário sobre o mesmo fato, já que está em curso um Inquérito Policial nº 38162/2013 com um acordo homologado, e principalmente, a incompetência deste Tribunal em apurar a forma dolosa para fazer valer o instituto da imprescritibilidade sobre o dano apurado.

16. **Pois bem.** A Prescrição da Pretensão Punitiva do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso está disciplinada na Lei Estadual nº. 11.599/2021 e na Resolução Normativa nº. 03/2022-TP do TCE/MT, em sendo o prazo de 05 (cinco) anos, com único marco interruptivo: a citação válida.

17. Segundo o art. 1º da Lei Estadual nº 11.599/2021, a pretensão punitiva do Tribunal de Contas para análise e julgamento dos processos de sua competência, prescreve em 5 (cinco) anos e será contado a partir da data do fato ou ato ilícito ou irregular ou, **no caso de infração permanente e continuada, do dia de sua cessação.**





18. Ressalta-se que a Lei Estadual n. 11.599/2021<sup>1</sup> prevê apenas a citação como marco interruptivo e, após sua ocorrência, prevê o mesmo prazo quinquenal para conclusão do processo, nos termos do artigo 2º, §1º, haja vista que se a citação interrompe o prazo e este retoma sua contagem da interrupção, a conclusão lógica é que o novo prazo se refere ao término do processo, ou seja, intercorrente.

19. Nesta feita, verifica-se que houve a consumação da prescrição intercorrente em relação às irregularidades dos itens II, III, IV e V, pois não houve a conclusão do processo no prazo de 05 (cinco) anos após o marco interruptivo das citações válidas.

20. Contudo, verifica-se que em relação à irregularidade “I”, não se pode atestar a ocorrência da prescrição. Isso porque a Concessão de Serviço Público nº 001/2009 foi celebrada em 28/10/2009 e vigou até 24/12/2018, com a publicação do Decreto nº 1.752/2018, de 24 de dezembro de 2018, que declarou sua anulação. Assim, conclui-se que a irregularidade prescreverá apenas em 24/12/2023.

21. Deste modo, este MPC entende necessária a **extinção do processo com resolução do mérito**, em razão do decurso do prazo prescricional previsto na novel Lei Estadual nº 11.599/2021, **em relação aos fatos apontados nas irregularidades dos itens II, III, IV e V, sem prejuízo da remessa de cópia integral destes autos ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso**, para conhecimento e providências judiciais que julgar pertinentes.

22. Por fim, opina-se pela continuidade do processo em relação ao fato irregular relativo à celebração de contrato de concessão de serviços públicos indevido e lesivo aos cofres públicos estaduais, devendo-se retornar os autos para instrução.

<sup>1</sup> Art. 1º A pretensão punitiva do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, para análise e julgamento dos processos de sua competência, prescreve em 5 (cinco) anos.

Parágrafo único O prazo previsto no caput deste artigo será contado a partir da data do fato ou ato ilícito ou irregular ou, no caso de infração permanente e continuada, do dia de sua cessação.

Art. 2º A citação efetiva interrompe a prescrição. § 1º A interrupção da prescrição somente se dará uma vez, recomençando novo prazo prescricional de 5 (cinco) anos, contados da data da interrupção.

§ 2º O conselheiro relator reconhecerá a prescrição de ofício, após vista ao Ministério Público de Contas.





### 3. CONCLUSÃO

23. Diante do exposto, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS**, no exercício de suas atribuições institucionais, **manifesta-se:**

a) pela **extinção do processo, com resolução do mérito**, em relação aos fatos apontados nas **irregularidades dos itens II, III, IV e V**, em razão de Prescrição da Pretensão Punitiva, com fulcro na Lei Estadual nº. 11.599/2021 e na Resolução Normativa nº. 03/2022 do TCE/MT;

b) pela **remessa de cópia integral dos autos ao Ministério Público Estadual, para análise e providências pertinentes;**

c) pela continuidade dos autos e apuração das responsabilidades, em relação ao fato ilegal relativo à **celebração de contrato de concessão de serviços públicos indevido e lesivo aos cofres públicos estaduais.**

É o parecer.

Ministério Público de Contas, Cuiabá, 31 de outubro de 2022.

(assinatura digital)<sup>2</sup>  
**GETÚLIO VELASCO MOREIRA FILHO**  
Procurador de Contas

<sup>2</sup> Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa Nº 9/2012 do TCE/MT.

